
***Central Eólica
Babilônia V S.A.***
***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Eólica Babilônia V S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Babilônia V S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Babilônia V S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Central Eólica Babilônia V S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

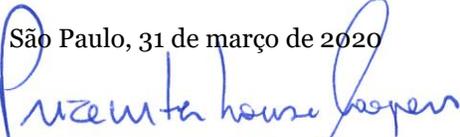
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2020


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/O-6

Central Eólica Babilônia V S.A.

Balancos patrimoniais findo em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.367	1.452
Concessionárias	8	3.650	3.675
Impostos a compensar	9	-	3
Cauções e depósitos vinculados	11	622	-
Despesas antecipadas		71	1
		<u>8.710</u>	<u>3.577</u>
Não Circulante			
Concessionárias	9	83	-
Cauções e depósitos vinculados	11	6.636	-
Outros créditos	10	-	415
Imobilizado	11	168.331	172.349
		<u>183.760</u>	<u>176.341</u>
Total do ativo		<u>183.760</u>	<u>176.341</u>
Passivo	Nota	2019	2018
Circulante			
Fornecedores	13	338	14.170
Impostos a pagar	9	363	236
Dividendos a pagar	10	1.409	-
Empréstimos e financiamentos	14	4.785	5.442
		<u>6.895</u>	<u>19.847</u>
Não Circulante			
Fornecedores		-	-
Empréstimos e financiamentos	14	119.807	111.391
Provisão para desmantelamento	15	561	500
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	-	6.755
Outras contas a pagar	16	113	3.852
		<u>120.481</u>	<u>120.945</u>
Patrimônio líquido	17		
Capital social		51.860	35.580
Reserva de capital		297	
Reservas de lucros		4.227	
Prejuízos acumulados		-	(31)
		<u>56.384</u>	<u>35.549</u>
Patrimônio líquido		<u>56.384</u>	<u>35.549</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>183.760</u>	<u>176.341</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Eólica Babilônia V S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Receita operacional líquida	18	<u>29.102</u>	<u>3.339</u>
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Encargos de uso da rede elétrica		<u>(1.223)</u>	<u>(626)</u>
	18	<u>(1.223)</u>	<u>(626)</u>
Custo de operação			
Materiais e serviços de terceiros		(3.611)	(715)
Depreciações		(5.821)	(480)
Outros custos de operação		<u>(510)</u>	<u>(12)</u>
	19	<u>(9.942)</u>	<u>(1.207)</u>
		<u>(11.165)</u>	<u>(1.833)</u>
Lucro bruto		<u>17.937</u>	<u>1.506</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	<u>(368)</u>	<u>(34)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		<u>17.569</u>	<u>1.472</u>
Receitas financeiras		107	4
Despesas financeiras		<u>(10.769)</u>	<u>(949)</u>
Resultado financeiro	20	<u>(10.662)</u>	<u>(945)</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		<u>6.907</u>	<u>527</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	<u>(943)</u>	<u>(414)</u>
Resultado líquido do exercício		<u>5.964</u>	<u>113</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Eólica Babilônia V S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Resultado líquido do exercício	5.964	113
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>5.964</u>	<u>113</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Eólica Babilônia V S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros (prejuízo) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	35.580	-	-	(144)	35.436
Aumento de capital conforme AGO	35.553	-	-	-	35.553
Lucro do exercício	-	-	-	113	113
Saldos em 31 de dezembro de 2018	35.580	-	-	(31)	35.549
Aumento de capital conf AGE	16.280	-	-	-	16.280
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.964	5.964
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal	-	297	-	(297)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(1.409)	(1.409)
Reserva de retenção de lucros	-	-	4.227	(4.227)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	51.860	297	4.227	-	56.384

Central Eólica Babilônia V S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	6.907	527
Depreciação	5.821	480
Encargos de dívidas sobre empréstimos e financiamentos	10.696	925
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis		(3)
Juros provisão para desmantelamento	61	5
Ajuste contrato suprimento de energia pela energia gerada (nota 8 e 16)	(1.637)	1.554
	<u>21.848</u>	<u>3.488</u>
Variação em:		
Concessionárias	1.579	(3.675)
Imposto a compensar	3	-
Despesas pagas antecipadamente	(70)	(1)
Outros créditos	415	787
Fornecedores	(13.832)	(1.820)
Impostos a pagar	(32)	(156)
Outras contas a pagar	(3.739)	1.311
	<u>6.172</u>	<u>(66)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		
Juros pagos	(5.944)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(784)	(58)
	<u>(556)</u>	<u>(124)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Cauções e depósitos vinculados	(7.258)	-
Adições ao imobilizado	(1.803)	(97.718)
	<u>(9.061)</u>	<u>(97.718)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	9.525	
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	6.755
Custo de transação e amortização do principal de empréstimo	(3.156)	-
Captação de empréstimos e financiamentos	6.163	48.438
	<u>12.532</u>	<u>55.193</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>2.915</u>	<u>(42.649)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.452	44.101
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>4.367</u>	<u>1.452</u>
	<u>2.915</u>	<u>(42.649)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Eólica
Babilônia
V S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Notas explicativas das demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Central Eólica Babilônia V S.A. (“Companhia” ou “Babilônia V”), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em 22 de fevereiro de 2011, controlada da Babilônia Holding S.A., tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Central Eólica Babilônia V, a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividade.

A Companhia tem sede e foro na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 10º andar, sala 35, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

1.1 Autorização do Parque Eólico Babilônia V

A Companhia em 13 de novembro de 2015 vendeu 14,7 MW médio de energia no Leilão de Energia de Reserva (LER), por meio do projeto de geração eólica: Ventos de São Gabriel, localizado no estado da Bahia, região nordeste do Brasil.

Em 14 de novembro de 2018, por meio dos Despachos N° 2.598, a ANEEL liberou as unidades geradoras de Babilônia V para início de operação comercial.

Empresa	Usinas	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade Instalada (MW)	Garantia física (MWm)	Autorização	
							Início	Término
Central Eólica Babilônia V	Ventos do São Gabriel	Produtor Independente	Autorização	BA	30,00	14,5 (*)	35 anos a partir da publicação da Autorização	

(*) Refere-se a Energia assegurada inicial e está sujeita a alterações após a publicação da Autorização.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* (IASB).

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e com base nos planos da administração entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 30 de março de 2020.

Após sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

2.2.1 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, conseqüentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e que foram devidamente adotadas pela Companhia. A relação destas normas e seus respectivos impactos, estão descritos abaixo:

Número/ Descrição	Correlação IASB	Natureza	Data Publicação (Brasil)	Obrigatoriedade de adoção	Impactos Contábeis	Método de Adoção
CPC 06 (R2) - Arrendamento	IFRS 16	Pronunciamento	21/12/2017	01/01/2019	Sem impactos relevantes	Sem impactos relevantes da adoção para os exercícios
ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro	IFRIC 23	Interpretação	21/12/2018	01/01/2019	Sem impactos relevantes	Sem impactos relevantes da adoção para os exercícios

Contratos de arrendamento CPC 06/IFRS16

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 – Leases (IFRS 16), que passou a vigorar a partir de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 17 – Leases; IFRIC 4 – Determining whether an Arrangement contains a Lease. O IFRS 16 contém princípios para identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, com contratos de longo prazo e com valores fixos, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos do Parque eólico, por apresentar valor relevante e por ser de longo prazo. Pelo fato de a desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por, conseqüência, o direito de exploração relacionados a esses contratos. Para os demais

contratos, por serem considerados de baixo valor, a adoção da IFRS 16 não causou impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

ICPC 22 /IFRIC 23– Incerteza sobre tratamento de tributo sobre o lucro

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades. A Interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Administração da Companhia conclui que seja provável que a mesma seja contemplada na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Administração da Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas.

- Imobilizado: determinação do vida útil, com base em dados não observáveis significativos (nota explicativa nº12);
- Provisão para desmantelamento: reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº15); e

5 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia para os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b. Concessionárias

Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia faturadas e não faturadas. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

c. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxa anual é de 3%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os ativos estão sendo depreciados por essas taxas, desde que a vida útil estimada dos bens não ultrapasse o prazo da autorização, quando, então, são depreciados por este prazo.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como custo dos parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais.

d. Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

e. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

f. Fornecedores

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços e de encargos de uso da rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência.

g. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente nas dastas em que são originados. Adicionalmente, são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

h. Provisões

Desmantelamento

São constituídas quando existe uma obrigação legal de reposição ambiental ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica de base eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas as despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo

imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados.

i. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

Os juros e multas relacionados ao impostos de renda e a contribuição social, incluindo tratamento fiscais incertos, são contabilizados de acordo com o CPC 32/IAS 12 – Tributos sobre o Lucro e o ICPC 22 / IFRIC 23.

k. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior.

l. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

• **Receita operacional líquida**

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão e liquidadas subsequentemente no exercício seguinte.

- **Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e atualização de tributos a compensar. As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos e ajuste a valor presente.

m. Ativos e passivos financeiros

Classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido e recebidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os passivos financeiros são registrados pelo valor justo no seu reconhecimento inicial, e são remensurados considerando as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva.

Uma tabela dos ativos e passivos financeiros pode ser encontrada na nota explicativa 21.1.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O

direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

Impairment

A partir de 1º de janeiro de 2018, para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB mas não está em vigor para o exercício de 2019. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Estrutura Conceitual: em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros, substituindo a versão anterior, emitida em 2010. As principais mudanças foram:

- aumento da proeminência da gestão no objetivo da preparação de relatórios financeiros;
- restabelecimento da prudência como um componente de neutralidade;
- definição de entidade;
- revisão das definições de ativo e passivo;
- remoção do parâmetro de probabilidade para reconhecimento e inclusão de orientações sobre desconhecimento;
- inclusão de orientações sobre bases diferentes de mensuração; e
- afirmação de que o resultado é o principal indicador de desempenho e que, em princípio, as receitas e despesas em outros resultados abrangentes deveriam ser reciclados quando isso aprimorar a relevância ou a apresentação fiel das demonstrações financeiras.

Nenhuma mudança será feita nas normas atuais. Contudo, as entidades que utilizarem a Estrutura Conceitual para determinar suas políticas contábeis para transações, eventos ou condições que não sejam abordados por nenhuma norma específica deverão aplicar a Estrutura Conceitual revisada a partir de 1º de janeiro de 2020. As entidades devem considerar se suas políticas contábeis continuam adequadas de acordo com a Estrutura Conceitual revisada.

Alterações ao IAS 1 "Presentation of Financial Statements" e IAS 8 "Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors": em outubro de 2018, o IASB emitiu a definição de "material" e fez alterações pertinentes no IAS 1 e IAS 8, cuja versão revisada possui data efetiva de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020. A definição de "material" ajuda as entidades a determinarem se as informações sobre um item, transação ou um outro evento qualquer, devem ser fornecidas aos usuários das demonstrações financeiras. No entanto, nem sempre essa definição é objetiva, sendo necessário fazer julgamentos sobre a materialidade na preparação das demonstrações

financeiras. As alterações efetuadas alinham a redação da definição de material em todas as normas do IFRS, incluindo a Estrutura Conceitual.

A Administração da Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção desses novos pronunciamentos.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Bancos conta movimento	809	1.346
Aplicações financeiras - renda fixa	<u>3.558</u>	<u>106</u>
Total	<u><u>4.367</u></u>	<u><u>1.452</u></u>

As aplicações financeiras de curto prazo, referente a 2019 de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, remunerados a taxa de 97% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (20% do CDI em 2018).

Os ganhos ou perdas decorrentes de variações desses ativos são apresentados na demonstração do resultado em resultado financeiro no exercício em que ocorrem (Nota explicativa nº20).

8 Concessionárias

A composição da conta concessionárias é como segue

Circulante	Concessionárias	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
CCEE (*)	188	280
CER (**)	3.462	3.395
Mercado Livre		-
Total	<u><u>3.650</u></u>	<u><u>3.675</u></u>
Não circulante		
CER (**)	<u>83</u>	-
	<u><u>83</u></u>	<u>-</u>
Total	<u><u>3.733</u></u>	<u><u>3.675</u></u>

* Câmara de comercialização de energia elétrica

** Contrato de energia de reserva

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo era composto pelos seguintes valores:
 R\$188 (5%) para Câmara de Comercialização de Energia – CCEE R\$3.545(95%) pelo contrato
 bilateral de suprimento de energia elétrica da Companhia com a CCEE – CER.

A administração da Companhia considerou não ser necessária a constituição de provisão para
 créditos de liquidação duvidosa por não haver perdas históricas, no exercício corrente e em
 exercícios anteriores, bem como por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de
 recebíveis em 31 de dezembro de 2019.

Composição por vencimento do contas a receber em 31 de dezembro:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
A vencer		
Até 60 dias	3.462	3.395
Mais de 60 dias	188	280
Mais de 360 dias	<u>83</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>3.733</u></u>	<u><u>3.675</u></u>

Os contratos do CER, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de
 receita fixa independente, sobre garantia física pré estabelecida no contrato de fornecimento de
 energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a
 CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante
 contratado, sobre a otica de quatro cenários, conforme segue.

<u>Cenários</u>	<u>Geração x Montante contrato</u>	<u>Resultados</u>
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Não gerar ressarcimento anual, e pode gerar ressarcimento quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD no mercado de curto prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

9 Impostos

	Saldo em 31/12/2018	Adição	Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificações	Saldo em 31/12/2019
Ativo - Compensáveis						
Imposto de renda e contribuição social	2	-	-	(2)	-	-
IRRF sobre aplicações financeiras	1	8	-	(4)	-	5
Total	3	8	-	(6)	-	5
Circulante	3					5
Total	3					5
	Saldo em 31/12/2018	Adição	Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificações	Saldo em 31/12/2019
Passivo - a recolher						
Imposto de renda e contribuição social	105	943	(784)	(4)	-	260
ICMS sobre diferencial de alíquota	-	14	(30)	-	16	-
PIS e COFINS	127	1.103	(1.150)	(2)	-	78
ISS	2	121	(119)	-	-	4
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	1	115	(95)	-	-	21
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	1	-	-	-	-	1
Outros	-	54	(50)	-	-	4
Total	236	2.349	(2.227)	(6)	16	368
Circulante	236					368
Total	236					368

Os impostos são apresentados líquidos entre ativo e passivo, no Balanço patrimonial, conforme segue abaixo:

	Saldo em 31/12/2019	Compensações passivo	Saldo líquidos dos impostos
Ativo - Compensáveis			
IRRF sobre aplicações financeiras	5	(5)	-
Total	5	(5)	-
Circulante	5		-
Total	5		-
	Saldo em 31/12/2019	Compensações ativo	Saldo líquidos dos impostos
Imposto de renda e contribuição social	260	(5)	255
ICMS sobre diferencial de alíquota	-	-	-
PIS e COFINS	78	-	78
ISS	4	-	4
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	21	-	21
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	1	-	1
Impostos - Remessa para o Exterior	(1)	-	(1)
IOF	-	-	-
Outros	4	-	4
Total	368	(5)	363
Circulante	368		363
Total	368		363

10 Transação com partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício e estão apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Ativo		Passivo		Despesas no exercício	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Outros créditos							
Compartilhamento de custo construção linha de transmissão e subestação (b)	Babilônia I	-	3	-	-	-	-
Compartilhamento de custo construção linha de transmissão e subestação (b)	Babilônia II	-	412	-	-	-	-
		<u>-</u>	<u>415</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outras contas a pagar (circulante / não circulante)							
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos (a)	EDP Renováveis Brasil	-	-	113	2.300	(973)	(629)
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos (a)	EDP Energias do Brasil	-	-	15	-	(61)	-
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>128</u>	<u>2.300</u>	<u>(1.034)</u>	<u>(629)</u>
Adiantamento para futuro aumento AFAC							
Dividendos a pagar	Babilônia Holding	-	-	-	6.755	-	-
	Babilônia Holding	-	-	1.409	-	-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.409</u>	<u>6.755</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>-</u>	<u>415</u>	<u>1.537</u>	<u>9.055</u>	<u>(1.034)</u>	<u>(629)</u>

(a) **Compartilhamento de atividades e alocação de gastos**

A EDP Renováveis Brasil, controladora da Companhia, é responsável pelos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas, descritas no contrato de gestão de serviço.

(b) **Compartilhamento do custo de construção da linha de transmissão e subestação.**

Refere-se a recursos transferidos os a transferir para a Babilônia I, II e III para a construção da linha de transmissão e subestação que beneficiará todo o complexo Babilônia, compostos pelas empresas Central Eólica Babilônia I, II, III, IV e V, sobre esse saldo não incide juros remuneratórios.

(c) **Contrato de monitoramento de operação do parque eólico**

A Companhia celebrou contrato com a EDP PCH de monitoramento remoto do parque eólico, corrigido anualmente pelo IPCA.

10.1 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

A controladora direta da Companhia é a Babilônia Holding S.A. a controladora indireta é a EDP Renováveis Brasil S.A. e a controladora final é a EDP – Energias de Portugal S.A.

10.2 Remuneração dos administradores

A Companhia não possui pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração através da Central Eólica Babilônia I S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. A remuneração da Administração da Companhia é paga integralmente pela Controladora EDP Renováveis Brasil S.A através de compartilhamento de custos conforme nota explicativa nº 9.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

11 Cauções e depósitos vinculados

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/05/2019	31/12/2018
Cauções e depósitos vinculados empréstimos	-	-	6.636	-
Cauções e depósitos vinculados debêntures	622	-	-	-
Total	622	-	6.636	-

Como garantias ao contrato celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e debêntures, foram estabelecidos a vinculação e cessão da Receita Vinculada e o penhor dos valores depositados na Conta Reserva em favor do BNDES e do Agente Financeiro em caráter irrevogável e irretroatável para o cumprimento das obrigações assumidas no contrato. Toda a arrecadação será depositada na Conta Vinculada. A Conta Reserva do Serviço da Dívida deverá manter saldo correspondente a três vezes o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessórios da dívida durante o período de amortização.

A liberação dos depósitos vinculados está condicionada a comprovação financeira do financiamento, com a apresentação e comprovação da utilização dos fundos por parte da Companhia. A Companhia pretende concluir o processo de comprovação durante o 2º semestre de 2021, razão pela qual parte dos fundos disponíveis nas contas de Cauções e depósitos vinculados foram classificados como ativo não circulante em 31 de dezembro de 2019.

O saldo disponível na Conta Reserva em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$7.258 foi aplicado em Certificado de Depósitos Bancários - CDB DI e operações compromissadas com remuneração média a taxa média de 20% do Certificado de Depósito Interbancário CDI junto ao Banco do Brasil visando manter a rentabilidade dos recursos da Companhia.

12 Imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2019			31/12/2018		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Máquinas e equipamentos	5,41%	174.633	(6.301)	168.331	172.829	(480)	
Total do imobilizado		174.633	(6.301)	168.331	172.829	(480)	

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2018	Ingressos	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2019
Imobilizado em serviço				
Máquinas e equipamentos	172.349	1.803	(5.821)	168.331
Total do imobilizado	172.349	1.803	(5.821)	168.331

A Companhia, através de um estudo realizado por empresa especializada, registra em seu imobilizado valor residual de R\$1.839, esse valor refere-se as sucatas dos equipamentos quando da desmobilização do parque.

A Companhia efetuou a análise de existência de indicadores (“triggers”) de perda por redução ao valor recuperável de seus ativos. Em decorrência da ausência dessa situação, a Companhia não realizou o testes de recuperabilidade para os seus ativos imobilizados.

13 Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2019	31/12/2018
Encargos de uso da rede elétrica	2	2
Partes relacionadas (Nota nº10)	15	-
Materiais e serviços (*)	321	14.168
Total	338	14.170

(*) A diminuição do saldo em 31 de dezembro de 2019 do circulante, se deu pelo pagamento aos fornecedores de ativo imobilizado para a finalização do parque eólico.

O saldo dos fornecedores corresponde substancialmente a materiais e serviços para manutenção do parque eólico.

14 Empréstimos e financiamentos

14.1 Composições do saldo de empréstimo, financiamento e encargos de dívidas

Moeda nacional	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2019				31/12/2018			
							Encargos		Principal		Encargos		Principal	
							Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
BNDES	114.800	25/09/2017	118.488	25/09/2017 a 15/05/2035	TJLP + 2,48% a.a.	Principal e Juros mensais.	404	4.381	120.730	125.515	1.192	4.250	112.325	117.767
BNDES - custo de transação						Amortização mensal	-	-	(923)	(923)	-	-	(934)	(934)
Total							404	4.381	119.807	124.592	1.192	4.250	111.391	116.833

14.2 Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Valor líquido em 31/12/2018	Ingressos	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Amortização	Valor líquido em 31/12/2019
Circulante							
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas							
Principal	4.250	-	-	-	3.171	(3.040)	4.381
Juros	1.192	-	(5.944)	-	5.156	-	404
	5.442	-	(5.944)	-	8.327	(3.040)	4.785
Não circulante							
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas							
Principal	112.325	6.163	-	10.568	(8.326)	-	120.730
Custo de Transação	(934)	(116)	-	127	-	-	(923)
	111.391	6.047	-	10.695	(8.326)	-	119.807

14.3 Vencimentos das parcelas do não circulante

Vencimento	Tipo de moeda Nacional
Não circulante	
2021	4.733
2022	5.114
2023	5.526
2024	5.970
2025	6.451
2026 até 2031	51.198
2032 até 2035	41.738
Total	120.730

Em 25 de setembro de 2018 a Companhia finalizou a contratação junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do empréstimo, no valor total de R\$114.800. Esse empréstimo foi destinado à implementação do Parque Eólico Babilônia V, localizado nos municípios de Morro do chapeu, estado da Bahia. A remuneração do empréstimo é de TJPL mais 2,48% ao ano. Os pagamentos do principal e juros são em 192 (cento e noventa e duas) parcelas na data de vencimento, sendo que a primeira parcela, em 15 de junho de 2019,

finalizando em 15 de maio de 2035. Em 31 de dezembro de 2019 o valor do empréstimo liberado é de R\$ 115.223.

14.4 Garantias contratuais

Em virtude do referido empréstimo, a Companhia cedeu os seguintes itens como garantia: ações da Companhia, receita proveniente da venda de energia elétrica no ambiente regulado e os seus ativos de geração (máquinas e equipamentos).

14.5 Covenants contratuais

Adicionalmente, a Companhia ainda possui determinadas obrigações contratuais (covenants), em virtude do empréstimo contratado junto ao BNDES, as quais serão exigidas somente após o início das operações, que aconteceu à partir de 2018 (nota explicativa nº 1.1), abaixo detalhamos essas obrigações:

- Apresentar conta caução e depósito vinculado um saldo integral mínimo de O&M equivalente a 3(três) vezes o valor mensal da última prestação do serviço de manutenção do aerogeradores;
- Apresentar conta caução e depósito vinculado um saldo disponível na conta de reserva de serviço de dívida no valor 3 (três) vezes o valor mensal do serviço da dívida incluindo principal e juros;
- Manter anualmente um índice de cobertura da dívida de no mínimo, igual ou superior a 1,20.

A Administração da Companhia monitora essas obrigações contratuais de forma sistemática e constante, assegurando-se assim que essas obrigações sejam atendidas.

A Companhia atendeu plenamente à todas as obrigações restritivas (covenants quantitativos e qualitativos) e cláusulas cujos indicadores devessem ser mensurados na data base de 31 de dezembro de 2019.

15 Provisão para desmantelamento

	Não circulante	
	31/12/2019	31/12/2018
Desmantelamento	561	500
Total	561	500

A movimentação do desmobilização no exercício é a seguinte:

	Desmantelamento
Saldo em 31/12/2018	500
Juros	61
Saldo em 31/12/2019	561

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de

geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que o encontrou no momento inicial do arrendamento.

A provisão para desmantelamento do Parque Eólico Babilônia V está registrada em contrapartida ao Imobilizado (Nota explicativa nº 12). O prazo previsto para realização desta provisão é o término do contrato de arrendamento do Parque Eólico, conforme nota explicativa nº 21.1.1.

O cálculo do valor da provisão para desmantelamento dos parques eólicos foi efetuado com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, experientes nesse tipo de atividade, projetado até ao fim da vida útil do parque eólico com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente dessa obrigação à taxa de desconto de 12,23% a.a.

16 Outras contas a pagar – Passivo

	Não circulante	
	31/12/2019	31/12/2018
Credores diversos - concessionárias (a)	-	1.554
Outras (Nota 10) (b)	113	2.298
Total	113	3.852

(a) O saldo de R\$ 113 no passivo da rubrica de outras refere-se a partes relacionadas.

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2019 totalmente integralizado é de R\$51.860(2018 R\$ 35.580). O capital social é composto de 36.795.277 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal de posse 100% da Babilônia Holding S.A..

Acionistas	Ações Nominativas			
	31/12/2019	%	31/12/2018	%
Babilônia Holding S.A.	53.668.212	100	36.795.277	100
Total	53.668.212	100	36.795.277	100

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

17.2 Destinação do lucro

Conforme definido no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. No entanto, a Companhia deverá observar o disposto no parágrafo primeiro do artigo 21 do Estatuto Social, devido ao contrato de financiamento junto ao BNDES, o qual prevê que a Companhia poderá deixar de distribuir dividendos, juros sobre o capital próprio, ou qualquer título, pagamento ou remessas de recursos a seus controladores ou acionistas, em função de obrigações financeiras assumidas para consecução de seu objeto social.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido do período	5.964	-
Prejuízo acumulado anos anteriores	<u>(31)</u>	<u>(31)</u>
	<u>5.933</u>	<u>(31)</u>
Constituição de reserva legal 5% (i)	<u>(297)</u>	-
Prejuízo acumulado	<u><u>5.636</u></u>	<u><u>-</u></u>
Destinação do lucro	<u>5.636</u>	-
Dividendo mínimo obrigatório	1.409	-
Reserva de retenção de lucros (ii)	4.227	-

(i) *Reserva de lucros - legal*

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantém reserva no montante de R\$297 a título de reserva legal.

(ii) *Reserva de lucros - retenção de lucro*

A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal atender aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital para expansão da capacidade de geração direcionada para os empreendimentos. O orçamento de capital foi aprovado em AGO. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía o montante de R\$4.227.

18 Receita operacional líquida

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Suprimento de Energia elétrica	<u>30.205</u>	<u>3.466</u>
Receita operacional bruta	<u>30.205</u>	<u>3.466</u>
(-) Deduções à receita operacional		
PIS/COFINS	<u>(1.102)</u>	<u>(127)</u>
Receita operacional líquida	<u>29.102</u>	<u>3.339</u>
MWH - gerado / comercializado (não auditado)	<u><u>137.580</u></u>	<u><u>16.681</u></u>

19 Gastos operacionais

	31/12/2019					31/12/2018				
	Custo do serviço		Despesas operacionais			Custo do serviço		Despesas operacionais		
	Com energia elétrica	De operação	Gerais e Adm	Outras	Total	Com energia elétrica	De operação	Gerais e Adm	Outras	Total
Não gerenciáveis										
Encargos de uso da rede elétrica	1.223	-	-	-	1.223	626	-	-	-	626
	1.223	-	-	-	1.223	626	-	-	-	626
Gerenciáveis										
Serviços de terceiros	-	2.820	-	-	2.820	-	86	-	-	86
Compartilhamento de custo (Nota 7)	-	791	-	-	791	-	629	-	-	629
Depreciação	-	5.821	-	-	5.821	-	480	-	-	480
Aluguéis e arrendamentos	-	510	-	-	510	-	12	-	-	12
Outras	-	-	368	-	368	-	-	34	-	34
	-	9.942	368	-	10.310	-	1.207	34	-	1.241
Total	1.223	9.942	368	-	11.533	626	1.207	34	-	1.867

20 Resultado financeiro

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	95	965
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	-	3
(-) Juros capitalizados	-	(964)
Juros recebidos contas a receber	12	-
	107	4
Despesas financeiras		
Juros e multa sobre impostos	(1)	(4)
Encargos de dívidas	(10.568)	(8.208)
Comissões sobre financiamento	(127)	(10)
Ajuste a valor presente	(61)	(5)
(-) Juros capitalizados	-	7.293
Outras despesas financeiras	(12)	(15)
	(10.769)	(949)
Total	(10.662)	(945)

21 Imposto de renda e contribuição social corrente

	31/12/2019		31/12/2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional	30.205	30.205	3.466	3.466
Aliquota aplicada sobre receita bruta	8%	12%	8%	12%
	2.416	3.625	277	416
Receitas financeiras	107	107	965	965
Base de cálculo	2.523	3.732	1.242	1.381
Aliquotas vigentes	25%	9%	25%	9%
Expectativa de crédito (débito) de impostos de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(631)	(336)	(309)	(124)
Ajuste decorrente do adicional do IR	24	-	19	-
Impostos de renda e contribuição social - receita (despesa)	(607)	(336)	(290)	(124)
Aliquota efetiva - %	2,00%	1,11%	6,54%	2,80%

22 Instrumentos financeiros

Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que as atualizações das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

22.1 Classificação dos instrumentos financeiros

As classificações dos ativos e passivos financeiros e as políticas utilizadas pela Companhia para classificação, reconhecimento e mensuração estão divulgadas na nota explicativa 5.n

Babilônia V

	<u>Categoria</u>	<u>Níveis</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	custo amortizado	Nível 2	810	1.346
Caixa e equivalentes de caixa	custo amortizado	Nível 2	3.558	106
Cauções e depósitos vinculados	custo amortizado	Nível 2	622	
Concessionárias	custo amortizado	Nível 1	3.650	3.675
			<u>8.640</u>	<u>5.127</u>
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	custo amortizado	Nível 1	338	14.170
Empréstimos e financiamentos	custo amortizado	Nível 2	4.785	5.442
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	custo amortizado	Nível 2	119.807	111.391
Outras contas a pagar	custo amortizado	Nível 1	113	2.306
			<u>125.043</u>	<u>133.309</u>

Mensuração

Valorizados com instrumentos financeiros com as mesmas características no mercado, tiveram o valor de mercado determinado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando-se projeções de taxa de juros disponíveis. Os empréstimos e financiamentos do BNDES, não foi marcado a mercado por se trata de instrumento financeiro com característica exclusiva (sem correspondentes no mercado):

		31/12/2019	
		<u>Contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Mensuradas ao custo			
Moeda nacional			
Instituição financeira			
BNDES	Nível 2	<u>124.592</u>	<u>124.592</u>
Total		<u>124.592</u>	<u>124.592</u>

22.2 Risco de juros

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia apresentados na nota explicativa nº 14, possuem como contraparte o agente Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições.

A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros

A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a mudança em variáveis de mercado, supondo:

- (i) Cenário I: estabilidade das taxas de juros e os respectivos indexadores anuais apurados na data base 31 de dezembro de 2019 (CDI 5,92% a.a., TJLP 5,57% a.a.);
- (ii) Cenário II: redução / elevação do índice em 25% e;
- (iii) Cenário III: redução /elevação do índice em 50%.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro da Companhia para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Instrumentos	Indexador	Exposição	Cenário I	Elevação do índice em 25%	Elevação do índice em 50%
Ativo financeiro					
Aplicações financeiras CDB (*)	CDI	4	0	0	0
Caução e depósito vinculado (*)	CDI	7.258	417	521	625
Subtotal		7.262	417	521	625
Passivo Financeiro					
Empréstimos e financiamentos BNDES	TJLP+2,48%	124.592	9.880	12.350	14.820
Subtotal		124.592	9.880	12.350	14.820
Variação		131.854	10.297	12.871	15.445

(*) As aplicações financeiras CDB e caução e depósitos vinculados tem uma remuneração média de 20% do CDI (a.a.)

22.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia são apresentados na nota explicativa nº 14.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants” são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos “covenants” impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos “covenants” quantitativos por contrato aparecem descritos individualmente na nota explicativa nº 14. Até 31 de dezembro de 2019 todos os “covenants” quantitativos e qualitativos das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude, exceto a obrigação de manter uma reserva especial, a Companhia não poderá distribuir dividendos a seus controladores.

Os ativos financeiros mais expressivos são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº7) e Concessionárias (nota explicativa nº8). A Companhia em 31 de dezembro de 2019 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Além do controle de covenants atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (nota explicativa nº 21.2) para as rubricas de Empréstimos e financiamentos. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica de “empréstimos e financiamentos” e “provisões” estão considerados os fluxos de caixa projetado. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 14. As informações na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Valor contábil	Total	2019				
			Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivos Financeiros							
Fornecedores	338		-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	124.592	(137.413)	(1.310)	(3.929)	(10.780)	(19.648)	(101.746)
Provisão para desmantelamento	561	(15.739)	-	-	-	-	(15.739)
Total	125.491	(153.152)	(1.310)	(3.929)	(10.780)	(19.648)	(117.485)

22.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de “Caixa e equivalente de caixa, Concessionárias”.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data de 31 de dezembro de 2019 é:

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalente de caixa	4.368	1.452
Concessionárias	3.650	2.121
Caução e depósitos vinculados	7.258	-
Total da exposição	15.276	3.573

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias de Portugal, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias de Portugal, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

Riscos regulatórios

As atividades da Companhia e regulamentada e fiscalizada pela agência reguladora (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre sua atividade

23 Compromissos contratuais e Garantias

23.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2019, os compromissos de compras (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	31/12/2019				
	Total	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Responsabilidades com locações operacionais	29.986	464	1.004	1.344	27.174
Obrigações de compra	2.331	1.039	544	374	374
	32.317	1.503	1.548	1.718	27.548

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia.

23.1.1 **Responsabilidades com locações operacionais**

A Companhia firmou contratos de arrendamento mercantil operacional de imóveis para instalação e operação do parque eólico. Os contratos têm prazo de 35 anos e poderão ser renovados pelo mesmo período. O pagamento será efetuado com base no MW instalado e os contratos serão ajustados anualmente pelo IGP-M e IPCA.

23.1.2 **Obrigação de compra**

As obrigações de compra incluem essencialmente os contratos de prestação de serviço e de compra de peças dos aerogeradores para manutenção do Parque, além dos contratos relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

23.1.3 **Compromisso associado ao contrato de comercialização de energia no ambiente regulado**

A Companhia assinou contratos de comercialização de energia no ambiente regulado com diversos distribuidores de energia. Tais contratos possuem prazo de vigência de 1º de dezembro 2018 a 31 de dezembro 2035. Como consequência, 100% de sua capacidade instalada será destinada ao atendimento desses contratos.

23.2 **Garantias**

<u>Tipo de garantia oferecida</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Penhor de Ações (a)	125.111	116.575
Seguro garantia (b) e fiança bancária (c)	179.458	6.611

- (a) Penhor de Ações: Conforme contrato de penhor dos direitos emergentes firmado entre o agente financiador e as controladas, neste caso beneficiárias, para assegurar o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos e financiamentos, foi dado em garantia todas as ações representativas do capital social das controladas, durante a vigência do contrato. A responsabilidade final das ações dadas como garantia em sua totalidade pertencem à Companhia.
- (b) Seguro garantia: O Seguro Garantia é um tipo de seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas, o seguro em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar ou anular o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços, entre outros. O Seguro garantia refere-se à Garantia para participação em Leilão.
- (c) Fiança Bancária: é um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança

nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira. O saldo de Fiança Bancária refere-se ao contrato de uso do sistema de distribuição e transmissão.

24 Meio ambiente

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2019 foram de R\$253 (2018 R\$271), sendo registrado no resultado do exercício R\$238, (2018 R\$264) relativos a gestão ambiental da operação, R\$15 (2018 R\$3) relativos a monitoramento da fauna.

25 Cobertura de seguros

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Descrição	Ramo da Apólice	Limite Máximo de Indenização
		Consolidado 31/12/2019
Ativo Imobilizado	Riscos Operacionais - Danos Materiais, Lucros Cessantes	630.000
Responsabilidade Civil	Geral	56.000

26 Eventos subsequentes

Troca do controle acionário.

A EDP Renováveis do Brasil S.A. controladora final do complexo Babilônia, anunciou que assinou um Contrato de Compra e Venda com uma afiliada da Actis, um investidor privado em mercados em crescimento, para vender a totalidade da participação acionária num projeto eólico em terra operacional com 137 MW de capacidade instalada, para um total de aproximadamente R \$ 650 milhões (valor patrimonial, sujeito a ajustes habituais de fechamento).

O complexo eólico Babilônia de 137 MW está localizado no estado da Bahia, Brasil, e está em operação desde o 4T18. O projeto, totalmente detido pela EDPR, recebeu um PPA de 20 anos no leilão LER 2015.

Em 11 de fevereiro de 2020 a EDPR concluiu a transferência de controle acionario das suas controladas do complexo Babilônia para uma afiliada da Actis.

COVID - 19 – Coronavírus –Impactos para a Companhia

A Companhia e suas controladas implementaram desde fevereiro de 2020 um comitê interno do COVID-19 para organizar e apoiar as controladas em relação às consequências do alastramento da pandemia no Brasil, além de analisar de forma contínua a adoção de medidas necessárias para a continuidade da prestação dos seus serviços, essenciais à sociedade. As primeiras ações foram diretamente direcionadas à saúde e segurança dos funcionários e das comunidades localizadas nas suas zonas de influência. Foi efetuado treinamento e disponibilização de recursos voltados a prevenir a disseminação do COVID-19 além destas medidas iniciais, foram restringidas as viagens nacionais e internacionais, suspensão de visitas técnicas aos parques, adoção de home office para determinado grupo de empregados, etc.

A Companhia e suas controladas estão monitorando de perto os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e mercado de atuação, não sendo ainda possível antecipar efeitos em sua situação patrimonial e resultados advindos da pandemia e da retração na atividade econômica no país. Destacamos que a receita da Companhia vem integralmente do mercado de energia regulado na modalidade contrato de energia de reserva não tendo exposição ao mercado livre de energia.

* * *

Davi Carvalho Mota
Diretor Presidente

Bruno Marques de Moraes
Diretor

Alfredo Antonio Tessari Neto
Contador CRC: 1SP176534/0-5